Lugares

Distrito de Vila Real:

Conservatória do Registo Predial de Chaves 1

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Podem habilitar-se ao concurso escriturários dos serviços dos registos e do notariado com, pelo menos, um ano de serviço na conservatória/cartório a cujo quadro pertencem, nos termos do n.º 1 do artigo 56.º do Decreto-Lei n.º 92/90, de 17 de Março.

4 — Critérios de preferência:

4.1 — Os escriturários classificados com *Muito bom* preferem sobre todos os outros.

4.2 — Os escriturários do quadro de serviço da mesma espécie do lugar vago preferem aos do quadro de serviço de espécie diferente.

4.3 — Em igualdade de circunstâncias, prefere sucessivamente o que possuir melhor classificação de serviço ou maior antiguidade.

5 — Os interessados deverão formalizar a sua candidatura mediante um só requerimento, redigido de acordo com a minuta publicada no final deste aviso, dirigido ao director-geral dos Registos e do Notariado, Praça de Francisco Sá Carneiro, 13, apartado 9924, 1911-701 Lisboa, expedido até ao termo do prazo indicado.

5.1 — Os candidatos que se habilitem a mais de um lugar deverão indicar no requerimento a ordem de preferência de todos os serviços a que se candidatem.

17 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

ANEXO

Minuta para o requerimento

Ex.º Sr. Director-Geral dos Registos e do Notariado:

- 1 — Nome: . . .
- 2 — Categoria: . . .
- 3 — Data da posse/aceitação do serviço a cujo quadro pertence: . . .
- 4 — Serviço a que pertence e no que exerce funções: . . .
- 5 — Classificação de serviço de . . . , por acórdão/despacho de . . . de . . . de . . .
- 6 — Requer a admissão ao concurso para a categoria de escriturário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º . . . , de . . . de . . . de . . . (indicar o número e a data do *Diário da República*).
- 7 — Morada e telefone de contacto: . . .
- 8 — Nos termos do n.º 5.1 do referido aviso, indicar por ordem de preferência os serviços a que se candidata:
 - 1.º . . .
 - 2.º . . .
 - 3.º . . .
 - 4.º . . .
 - Etc . . .
- 9 — . . . (data).
- 10 — . . . (assinatura).

Despacho n.º 4906/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 15 de Fevereiro de 2006:

Patrícia Alexandra Moreira Teixeira, escriturária do 19.º Cartório Notarial de Lisboa — nomeada para idêntico lugar da Conservatória do Registo de Automóveis de Lisboa (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

16 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-geral, *Maria Celeste Ramos*.

Rectificação n.º 311/2006. — Rectifica-se o despacho n.º 3565/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 33, de 15 de Fevereiro de 2006, a p. 2148, relativo ao destacamento de José Manuel de Jesus Mota, pelo que onde se lê «José Manuel de Jesus Mota, segundo-ajudante da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Sever de Vouga» deve ler-se «José Manuel de Jesus

Mota, segundo-ajudante do ex-Cartório Notarial de Sever de Vouga, afecto à conservatória dos registos civil e predial da mesma localidade».

16 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Rectificação n.º 312/2006. — Por ter saído com inexactidão a publicação do despacho n.º 2881/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de Fevereiro de 2006, a p. 1709, rectifica-se que onde se lê «transferida como especialista auxiliar do escalão 1» deve ler-se «transferida como especialista auxiliar do escalão 2».

17 de Fevereiro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 4907/2006 (2.ª série). — Pretende a Águas do Ave, S. A., no âmbito da implantação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do vale do Ave, em Alta, executar o projecto do sistema do Rabagão, constituído por uma captação na albufeira de Venda Nova, uma estação de tratamento de águas, a implantação de diversas condutas adutoras para distribuição em alta, estações elevatórias e reservatórios, nos concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, utilizando para o efeito 41 876,50 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Vieira do Minho, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 150/96, de 12 de Setembro, e do concelho da Póvoa de Lanhoso, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/97, de 14 de Maio.

Este projecto contempla uma captação na albufeira da barragem de Venda Nova, a 900 m do corpo da barragem, no lugar de Arco, freguesia de Campo, concelho de Vieira do Minho, uma estação elevatória, a ser construída na margem, perto da captação, e que encaminhará a água da estação de tratamento de águas (ETA), na freguesia de Campo, no local onde ficará igualmente o reservatório, condutas adutoras e 12 reservatórios apoiados.

Considerando que o sistema do Rabagão tem como área de atendimento todas as freguesias do concelho de Vieira do Minho (com excepção de Parada do Bouro) e ainda algumas freguesias do concelho da Póvoa de Lanhoso (Brunhais, Esperança, Serzedelo e Sobradelo da Goma);

Considerando que, posteriormente, o sistema de abastecimento atenderá ainda algumas freguesias do concelho de Fafe e a maior parte das freguesias dos concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Mondim de Basto;

Considerando as justificações apresentadas pela Águas do Ave, S. A., para a localização e realização desta obra;

Considerando que a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, em relação à intersecção do projecto no perímetro florestal da serra da Cabreira, numa faixa de 866 m, compreendida entre o nó I e o nó IA, emitiu parecer positivo à realização da obra;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pela EP Estradas de Portugal, E. P. E.;

Considerando o parecer favorável condicionado emitido pela Divisão Sub-Regional de Braga, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, relativamente à utilização do domínio hídrico;

Considerando que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável condicionado ao cumprimento das medidas referidas nos pareceres das diversas entidades;

Considerando, ainda, que a disciplina constante dos Regulamentos dos Planos Directores Municipais dos Concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, ratificados pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 169/95, de 13 de Dezembro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/99, de 22 de Abril, e n.º 113/95, de 28 de Outubro, respectivamente, não obsta à concretização do projecto;

Considerando as medidas de minimização enunciadas pela Águas do Ave, S. A., a aplicar na fase de construção, tendo em conta a sensibilidade e a vulnerabilidade do sistema da Reserva Ecológica Nacional a afectar, bem como as características da obra, e que na fase de projecto e construção deverá ser dado ainda cumprimento

às medidas de minimização/recomendações expressas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, designadamente:

As estruturas flutuantes, nomeadamente as jangadas, os passadiços de acesso e as adutoras de água bruta da jangada/plataforma da margem, estão sujeitas a obtenção de licença por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro;

Caso haja atravessamentos de pequenas linhas de água, é recomendável que a tubagem seja estabilizada adicionalmente, caso seja necessário, não alterando a configuração dos leitos das mesmas e, portanto, não interferindo com o natural escoamento das águas;

A Águas do Ave, S. A., deverá obter por parte dos proprietários marginais uma autorização formal para todas as intervenções que venham a ter lugar dentro do limite das suas propriedades, especialmente quando estas ocorram dentro do leito de linhas de água e respectivos corredores marginais definidos por uma faixa de 10 m de largura;

A área de intervenção deverá ser confinada ao mínimo para a execução das obras, no que respeita a escavações, aterros e locais de depósito de material, devendo os trabalhos desenvolver-se paralelamente à implantação do emissário, numa faixa de aproximadamente 5 m;

Os pontos de atravessamento e movimento de maquinaria devem efectuar-se sempre pelos mesmos locais, perpendicularmente ao traçado das tubagens, de modo a evitar a destruição do coberto vegetal existente e a compactação excessiva do terreno;

Deverá ser reduzida ao mínimo possível a interferência com a galeria ripícola no que respeita ao derrube de vegetação de porte arbóreo, assegurando em perfeitas condições a funcionalidade e a estabilidade das linhas de água intervenções;

A Águas do Ave, S. A., deverá responsabilizar-se pela reposição de todos os muros de suporte de terras, canais de rega ou de drenagem e, de um modo geral, de todas as utilizações que venham a ser interceptadas pelas tubagens;

A rejeição de resíduos nas linhas de água é proibida, tendo estes de ser encaminhados para um depósito adequado, fora da Reserva Ecológica Nacional;

A queima de resíduos ou entulhos a céu aberto é interdita;

As operações de manutenção dos equipamentos terão de ser efectuadas em locais próprios, de modo a evitar derrames acidentais de combustíveis e ou lubrificantes;

Deverá ser restringido o tempo de trabalho ao mínimo indispensável;

Após a conclusão dos trabalhos, terá de proceder-se à limpeza e à renaturalização das áreas afectadas pelo projecto, nomeadamente procedendo-se à descompactação dos solos, com recurso a escarificação ou gradagem;

Considerando que a colocação em prática deste projecto trará visíveis vantagens para a população das freguesias beneficiadas, que passam a dispor de um sistema de abastecimento mais adequado e eficiente, desde que cumpridas as medidas de minimização propostas no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, e considerando-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional:

Determino que, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, seja reconhecido o interesse público do projecto do sistema do Rabagão, constituído por uma captação na albufeira de Venda Nova, uma estação de tratamento de águas, a implantação de diversas condutas adutoras para distribuição em alta, estações elevatórias e reservatórios, nos concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, sujeito ao cumprimento dos condicionamentos acima referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de o proponente repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

13 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado

Listagem n.º 54/2006. — *Transferências efectuadas pelo Fundo Remanescente de Reconstrução do Chiado (FRRC) no 2.º semestre de 2005, nos termos do estabelecido na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto:*

	Montante transferido (euros)	Entidade decisora	Data da decisão
Álvaro Augusto Nogueira	193 683,49 (a) 15 485,93	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
António Gomes Luís Lopes	84 498,10	Conselho directivo	1 de Setembro de 2005.
António Maria Gonçalves Bento	15 188,08 (a) 4 350,80	Conselho directivo	14 de Abril de 2005.
António Padinha Tarujo Formigal	162 660,81	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Associação de Futebol de Lisboa	318 254,02 (a) 50 263,97	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Ataíde Miguel Catraia Rosa	31 901,96 (a) 5 685,75	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.
Avelino Augusto dos Santos	(a) 13 866,15	Conselho directivo	14 de Abril de 2005.
Caixa de Previdência do Ministério da Educação	193 714,22	Ministro das Cidades, Administração Local, Ambiente e Desenvolvimento Regional.	21 de Janeiro de 2005.